

## CONTRIBUIÇÕES DO MARXISMO À PSICOLOGIA POLÍTICA DA AMÉRICA LATINA

Jean Costa Santana\*

*“A moderna Psicologia acadêmica e experimental é, em elevado grau, uma ciência que trata de homens alienados, é estudado por investigadores alienados, usando métodos alienados e alienantes” Erich Fromm.*

Como qualquer outra ciência, a Psicologia carrega formas, modelos e métodos científicos singulares. Para essa ciência, é creditado à responsabilidade de entender a subjetividade e o comportamento humano, como maneiras de expressão individual em que a normalidade psíquica se torna o objetivo principal a ser atingido. Contudo, a partir de uma análise crítica, buscaremos, por meio deste artigo, problematizar o conceito de Psicologia - enquanto ciência burguesa -, de modo que possamos ampliar nossa compreensão acerca do papel da ciência psicológica numa sociedade dividida em classes sociais antagônicas.

Assim, objetivamos contribuir socialmente, por meio de uma perspectiva crítica, proporcionando uma visão histórica do surgimento da Psicologia e da articulação dessa ciência com a sociedade, isto é, sua atuação política de regularização social. No entanto, pretendemos demonstrar a importância política que é o campo do psicólogo crítico, que pode criar modos de operação para a ação prático-revolucionária, de modo que faremos uma distinção entre o psicólogo político crítico – e emancipador -; do psicólogo cientista – reprodutor do discurso cientificista-político dominante.

Por conseguinte, utilizamos para essa análise o método Histórico-Dialético, pois este aborda a história como movimento e possibilidade de transformação e expõe o antagonismo existente entre classes sociais interdependentes entre si, mas que mantém relações sociais de contradição na produção social da vida. E a partir dessa relação de contradição, a teoria marxista nos possibilita denunciar o papel de uma classe apropriadora que detém as forças produtivas e procura ocultar sua relação de exploração de classe (YAMAMOTO, 2016; VIANA, 2007).

### **A Psicologia enquanto ciência**

A ciência é uma ideologia inseparável do modo de produção capitalista, e isso se deve às novas relações de produção criadas pela burguesia capitalista, e em decorrência dessas novas relações sociais, a ciência se tornou o principal meio de dominação, regularização e manutenção da relação entre produtores explorados por não-produtores exploradores, isto é, da divisão social do trabalho (VIANA, 2007; BARRADAS, 2014).

---

\* Psicólogo, mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Goiás/UFG.

A Psicologia como ciência burguesa teve como contexto a ascensão do liberalismo e do capitalismo mundial, tendo em sua base a valorização da individualidade, maneira social essa indissociável da articulação político-econômica dominante (capitalista) em ascendência (PARKER, 2014). Sendo assim, a Psicologia científica, surge no século XIX por meio do experimentalismo de Wilhelm Wundt (1832-1920), que procurou tratar dos complexos psíquicos, através de pesquisas individuais, concebendo, assim, os seus experimentos dentro do modelo científico e acadêmico de pesquisa (ARAÚJO, 2013). Dessa forma, para que a Psicologia se estruturasse como ciência, foi necessário que ela se submetesse aos modelos científicos positivistas, tendo em sua base a neutralidade axiológica e o objetivismo científico, ao assumir determinado objeto de estudo (JAPIASSU, 1995).

Contudo, numa sociedade dividida entre classes sociais antagônicas (MARX & ENGELS, 1982), qualquer ciência está fundamentada na neutralidade e no objetivismo cientificista e assumi particularidades subjacentes e distintas da representação social que expressa. Tudo isso se efetiva pela divisão social do trabalho, que, por sua vez, se materializa pela divisão entre os donos dos meios de produção e aqueles que vendem a sua força de trabalho. Os donos dos meios de produção - a classe dominante-, não pode revelar que vive da exploração de outra classe - que é explorada e dominada -, e para isso, a classe dominante cria uma série de mecanismos ideológicos para a naturalização e manutenção dessas relações (IASI, 1999; VIANA, 2007).

A ciência seria mais uma dessas formas de naturalização-ajustamento, pois com sua objetividade, neutralidade e setorização, ela busca separar o sujeito de sua realidade social, ocultando uma série de contradições sociais pela autonomização do conhecimento posto como um fim em si mesmo; da mesma forma com sua neutralidade axiológica positivista, que procura compreender o que está posto pela visão cômoda e de privilégio assumida pelo cientista “neutro” (VIANA, 2007) bem como da classe intelectual legitimadora da sociedade capitalista, de suas instituições e de suas relações sociais (Da SILVA, 2017; BRAGA, 2014). Nesse sentido, o dito ato “neutro”, isto é, “apolítico” da ciência é, por consequência, um ato político e de classe, pois com sua suposta posição de neutralidade e de objetividade, a ciência atua, portanto, como mais uma forma de ideologia da classe dominante (VIANA, 2010; VIANA, 2007).

### **A Psicologia dominante**

Marx (2008) destaca que nas sociedades classistas há uma infraestrutura estabelecida pelo modo de produção, sob a qual se fundamentam formas de regularização (político e jurídica) das relações sociais, estas são responsáveis por legitimar a espoliação privada do que é

socialmente produzido. Nessas formas de regularização se organizam uma série de dispositivos de dominação, tanto ideológica - como a ciência -, como de repressão/coerção - como o Estado, sendo os responsáveis por organizar e dar continuidade ao modo de produção dominante numa sociedade dividida em classes (VIANA, 2007).

Nessas formas de regularização das relações sociais está o processo de formação de consciência individual garantida e materializada pela família nuclear burguesa, pela escola e por qualquer outra instância institucional responsável pela formação pessoal na qual o sujeito entrará em contato em sua existência. Assim, inferimos que o sujeito no seu processo de formação de consciência, estará coagido a lidar socialmente com essas instâncias formativas, que farão que o mesmo forme seus valores, ideias e visões de mundo (IASI, 1999).

Dessa forma, há a construção processual de sua consciência que passa a entender a realidade como já dada e natural, assim como a troca da totalidade social pela parte que lhe é apresentada e pela interiorização de normas e valores que esse indivíduo vê como intrínsecas a ele (IASI, 1999). Contudo, depreende-se que essa primeira forma de consciência, seja uma forma de consciência alienada, cujos aparatos ideológicos das formas de regularização têm a responsabilidade de manter e dar continuidade na formação dessa consciência parcialmente externa (IASI, 1999).

Marx e Engels (1982) ao criticar a valorização da dominação do mundo das ideias sobre a realidade histórica, e pela separação dessas ideias de uma materialidade histórico-social — para a própria inversão dessa realidade ou ocultação da mesma—, enfatiza que a classe dominante detém, não somente a dominação sobre os meios produtivos, mas também tenta manter uma dominação no mundo cultural das ideias, tornando suas ideias as ideias dominantes e legítimas. Para isso, Marx destaca três pontos essenciais que são: a classe dominante deve separar as ideias dominantes de sua própria classe, para que não fique explícita a dominação ideológica por meio das próprias ideias; deve ser atribuída uma causa mística às ideias para que elas se autodeterminem como ideias epifenomênicas e autônomas; e por fim, as ideias surgem “naturalmente” pela “autoconsciência” dos ideólogos, impermeáveis e isolados de uma realidade histórica-material.

Dito isso, podemos fazer uma analogia crítica desses elementos relacionando-os com a Psicologia dominante científica em questão. No primeiro momento, assim como as ideias devem dominar o mundo material distintamente da classe dominante, a Psicologia dominante, ao empreender esforço conceitual à dimensão individual — realizando nesse sentido sua epistemologia — automaticamente estaria atuando como recurso psicológico liberal, pela

valorização das ideias, da subjetividade e da individualidade, colocadas acima do mundo material ou do contexto social que seriam irrelevantes; no segundo momento, na atribuição da autodeterminação às ideias colocadas como autônomas, as técnicas dessa Psicologia científica-dominante, seriam concebidas como independentes às necessidades do mundo produtivo, onde ninguém deveria questionar as aplicações psicológicas de ajuste do trabalhador à exploração da fábrica; e no terceiro momento, assim como os ideólogos são desconsiderados de sua própria classe socioeconômica e de sua realidade material, onde as ideias surgiriam pela autoconsciência, os psicólogos, da mesma forma, surgiriam isolados das determinações sociais e da própria cultura da Psicologia dominante, onde não pertenceriam a nenhuma classe socioeconômica e nem seriam possuidores de interesses políticos de classe.

Marilena Chauí (1992) enfatiza que quando uma ciência não procura acompanhar o movimento histórico e social de determinada sociedade, ela – a ciência- passa a ser o instrumento ideal para a reprodução de ideias imateriais (ideológicas), separadas, entretanto, de uma materialidade histórica, social e política.

Portanto, a Psicologia como ciência atuaria na individualização e na fragmentação do social, desconectando o sujeito de toda sua interdependência com as condições estruturais da sociedade; assim como à Psicologia, seria dado o poder de chancelaria entre o normal e o patológico, pela atribuição de controle da (e à) normalidade social (MARVAKIS, 2016).

### **Psicologia política crítica e Marxismo**

Assim como não há uma consensualidade conceitual e teórico-metodológica na Psicologia Política, no marxismo ocorreu, da mesma forma, certos desvios dos escritos de Marx, que gerou várias perspectivas e visões marxistas. Diante disso, podemos falar de Psicologias políticas<sup>1</sup>, assim como de marxismos de perspectivas divergentes.

Lacerda Jr. (2014), em seu artigo *Psicologia política e Marxismo na história recente*, propôs um possível diálogo entre a Psicologia Política e o Marxismo. Todavia, para a abertura de um possível diálogo entre a Psicologia Política e o Marxismo, antes o autor apresenta duas tendências conflitivas referentes à Psicologia Política: numa tendência seria impossível um diálogo entre a Psicologia Política e o Marxismo, porém, já na outra, seria possível o estabelecimento de um diálogo entre as duas vertentes de nossa análise:

---

<sup>1</sup> Sabemos, contudo, que a Psicologia sempre foi uma construção política – uma construção em resposta ao social, cultural e histórico; no entanto, nessa parte nos referimos ao âmbito da Psicologia Política que busca responder às diversas especificidades geopolíticas (SABUCEDO, 1996); dito em outras palavras, a Psicologia Política crítica latino-americana, conforme o contexto geopolítico de colonização-exploração imposto à América Latina, se reconfigurou numa resposta de ação social transformadora e emancipadora, indo ao encontro dos explorados socialmente (HUR & LACERDA Jr. 2016; MARTÍN-BARÓ, 1986).

Em geral, na primeira tendência, a Psicologia Política é definida como o estudo psicológico do comportamento político ou de fenômenos políticos. A Psicologia Política é, portanto, a aplicação de teorias e princípios psicológicos no âmbito da política. Seus principais estudos abordam: liderança e personalidade, processos cognitivos de influência social, comunicação persuasiva, e fatores psicológicos de processos políticos (LACERDA JR., 2014, 28).

Nessa perspectiva de Psicologia Política, podemos citar os estudos de Harold Lasswell sobre a psicopatologia e política, que segundo Sabucedo (1996), com influência da psicanálise, Lasswell teria analisado traços de personalidade no comportamento de líderes, assim como questões de percepção e motivações políticas a partir de uma visão reduzida a fatores psicológicos. E, além dessa visão individualista dos fatores políticos analisados e reduzidos ao psicológico por Lasswell, Sabucedo (1996), ainda destaca que Lasswell tinha receio das massas enquanto organização social, e acreditava na capacidade das elites como forma de direção social.

Inferimos que essa tendência tradicional da Psicologia Política, esteja mais relacionada com uma Psicologia da política, na qual os fenômenos políticos são reduzidos às determinações psicológicas, enquanto é excluído o conjunto das relações sociais e os meios de produção, enquanto articulação formadora da totalidade social:

Esta tradição da Psicologia Política não possui qualquer possibilidade de diálogo com o marxismo. A proposta de reduzir o político ao indivíduo que processa informações é profundamente antagônica com a concepção *de que a essência humana é o conjunto das relações sociais* (Marx, 1845 p. 534) (LACERDA JR., 2014, p 29, *grifos do autor*).

Contudo, a outra tendência da Psicologia Política, se dará condigno ao contexto sócio-político da América Latina, onde fortemente influenciada pela Psicologia da Libertação de Martín-Baró (1986), se percebeu a necessidade de libertação da Psicologia enquanto dominante e asséptica ante as necessidades sociais:

Em síntese, na América Latina, a Psicologia Política nasceu como parte da Psicologia Social e passou por um processo gradual de autonomização. Neste processo de constituição da Psicologia Política enquanto campo relativamente autônomo, há três elementos importantes. Primeiro uma problematização da **política da Psicologia**. O momento da “política consciente”, isto é, o momento em que psicólogos sociais latino-americanos passam a olhar intencionalmente para processos sociopolíticos, é marcado por críticas ao papel da Psicologia em processos de legitimação e naturalização de desigualdades sociais e, ainda, à “opção preferencial” da Psicologia pelas elites dominantes (LACERDA JR., 2014, p. 30, *grifos do autor*).

Nesse sentido, o autor descreve que no segundo momento as diferenças teóricas entre a Psicologia Política tradicional (dominante) e a Psicologia Política na América-Latina, se deram devido às necessidades geopolíticas que delimitaram estudos específicos de uma Psicologia Política particular da América Latina (LACERDA JR.,2014). Com essa direção, a Psicologia Política do hemisfério sul, passa a estudar as ideologias e a formação de valores;

ênfatisa a história enquanto real e condicionante na formação de grupos humanos e de classes dominantes, assumi um posicionamento social e de intervenção não mais asséptico, passando a lidar, portanto, com a realidade material, política e histórica do continente (SABUCEDO, 1996; GARZÓN, 2008; MONTERO, 2009; PARISÍ, s.d.).

Nesse processo de redefinição de uma Psicologia da política para uma Psicologia Política crítica, Lacerda Jr. (2014) destaca que no terceiro momento haveria a aproximação da Psicologia Política latino-americana com o Marxismo: essa articulação se deu devido a crise da Psicologia Social, que, tanto na Europa como na América Latina, era de cunho positivista, reducionista e pragmático, não correspondendo as condições materiais precárias do continente latino devido o processo histórico de colonização (LACERDA JR. 2014) mediante a expansão e reprodução do capitalismo em esfera mundial.

Sobre o marxismo e sua fragmentação teórica, e, portanto, ideológica, Viana (2007) destaca que a partir do momento em que a realidade objetiva (a ciência, a autonomização da consciência, o atributo às leis naturais) foram colocadas acima e, sobretudo, com primazia sobre as relações sociais, houve a deturpação do marxismo e sua ramificação em várias correntes, passando a consolidar até mesmo a ideologia burguesa. Nesse sentido, podemos contar com “marxismos” que, no entanto, representam diferentes pontos de vista e distintas perspectivas teóricas, mas que em síntese, abandonaram a base marxista fundamental que consiste no modo de produção - sendo a expressão material e dialética entre as forças produtivas e as relações de produção - que fomenta a base da estrutura e organização social da vida. Nessa vertente de marxismos parciais, há o Marxismo-Leninismo, que segundo Konder (1984), serviu de pressuposto ideológico na revolução russa na qual Lenin, se apossando de algumas ideias de Marx, legitimaria sua proposta de dominação política sobre a classe trabalhadora; semelhante a essa perspectiva, haveria o marxismo-estruturalista de Althusser, onde os aparatos ideológicos de uma “superestrutura” seriam valorizados e colocados como autossuficientes – para além da submissão de suas funções ao estado -, estando independente da base produtiva (VIANA, 2007).

Essas linhas de marxismos apresentam limites de contribuição à Psicologia Política. Contudo, pretendemos retomar a perspectiva marxista, ou seja, às construções teóricas fieis aos escritos de Marx - como os próprios escritos de Marx-, nas quais podemos entender o autêntico marxismo como a expressão teórica da classe trabalhadora (KORSCH, 1977), e como um recurso heurístico que procura analisar um conjunto de elementos relacionados entre si e que são extraídos da realidade servindo de direção para analisá-la (VIANA, 2007).

Dessa forma, Viana (2007) entendendo o marxismo como superação de concepções metafísicas ou de autonomismos estruturais, concebe o marxismo em sua indistinção de totalidade social como: a) uma categoria de análise, b) como sempre recorrente à história e, c) como sendo aplicável a um fenômeno social. Semelhante a esse mesmo ângulo, Lacerda (2014) versa sobre o marxismo entendendo-o como:

1. afirma a radical historicidade da essência humana, isto é, não há qualquer força natural ou sobrenatural que governe a existência humana; 2. entende que o ser social é produto da práxis humana, nele, há uma permanente dialética entre objetividade e subjetividade; 3. analisa a individualidade em sua determinação reflexiva com a sociabilidade, assim, se o marxismo não cinde a relação indivíduo-sociedade, também não incorre no erro de identificar os processos de reprodução do indivíduo com os processos de reprodução social; 4. é “anatomia da sociedade burguesa” que analisa o seu processo de gênese e de desenvolvimento e; 5. tem como eixo fundamental a perspectiva revolucionária, isto é, sua análise do presente, tenta prefigurar as distintas possibilidades históricas de destruição e a superação da sociabilidade burguesa (KONDER, 1984,1988; LESSA, 2007; LUKÁCS, 1968, 1979, MARX, 1859; TERTULIAN, 2004; citado por LACERDA JR., 2014, P. 32 e 33).

Inferimos que por meio dessa perspectiva marxista, há a possibilidade de contribuições à Psicologia Política crítica latino-americana. Essas contribuições são imprescindíveis para que a Psicologia Política se torne assumidamente crítica e se reverta como mais um aparato de resistência e de ação ante a exploração e a opressão social a partir da atuação do psicólogo que tenha consciência de classe.

Nesse seguimento, David Pavón-Cuéllar, nos oferece algumas contribuições do marxismo à Psicologia Política, para que ela se torne “coletiva, situada, histórica e parcial, reflexiva e crítica, materialista e dialética, prática e conflitiva, e subversiva, revolucionária e libertadora” (CUÉLLAR, 2016, p. 33 e 34). Dessa forma, o referente autor estabelece desafios para que a Psicologia Política seja de base marxista e, assim, se torne libertadora e insurja contra uma Psicologia dominante, que tem em sua política a valorização da individualidade, a assepsia da neutralidade e o conformismo com o que está estabelecido. Diante disso, há a necessidade de reconhecer na Psicologia Política, a contribuição, indubitável e imprescindível do marxismo, para que ela se torne, portanto, uma Psicologia Política crítica, e atue criando modos de operação para uma prática de insurgência social e de libertação humana.

Posto isso, David Pavón-Cuéllar (2016), apresenta alguns aspectos epistemológicos, teóricos e metodológicos, para a distinção entre a Psicologia política dominante e uma Psicologia Política de perspectiva marxista. Contudo, neste artigo, não avançamos como o autor, na definição de uma “Psicologia Política” que seja “marxista”, no entanto, depreendemos que a construção de uma “Psicologia Política marxista” seja equivocada, visto que o Marxismo não é uma disciplina fragmentada do ramo científico que possa ser fusionada com outra

disciplina e, além disso, a Psicologia surge a partir da racionalidade burguesa e tem como foco a manutenção dos interesses da burguesia e assim coloca os problemas na cabeça dos indivíduos criando explicações falseadoras e românticas para problemas de classe sociais que mantêm relações sociais inconciliáveis.

Entretanto, inferimos, a partir da essencial colaboração de Cuéllar (2016), que seja mais conveniente analisar as contribuições do marxismo à construção e fortalecimento da Psicologia Política crítica, na América Latina.

Dessa forma, acreditamos que a Psicologia Política deve ser coletiva e não individualista; o marxismo não aceita em seu método de análise o recorte do indivíduo de suas relações sociais, assim como rejeita qualquer forma de análise da individualidade isolada do conjunto dessas relações sociais, visto que o individualismo não passa de uma ideia da Psicologia Política dominante; da mesma forma, a Psicologia Política de perspectiva marxista, deve ser uma Psicologia Política histórica, isto é, que reconheça o contexto histórico de formação das sociedades, e com isso, o condicionamento transitório que esse caráter histórico proporciona; dessa maneira, a Psicologia Política deverá ser uma Psicologia Política parcial, renunciando qualquer pretensão de neutralidade axiológica, se posicionando, claramente, ao lado dos oprimidos socialmente e se envolvendo cada vez mais politicamente na denúncia a uma Psicologia dominante que se diz apolítica e asséptica; por essa lógica, a Psicologia Política será crítica e reflexiva, evitando o desígnio que se diz ingênuo da Psicologia Política dominante, que atua na legitimação-naturalização do mundo dado; nessa sequência, a Psicologia Política deverá ter em sua atuação, a interpretação dialética e materialista da sociedade, desprezando qualquer forma de análise atomista ou idealista, como é própria da Psicologia Política dominante, no lidar com o indivíduo, atribuindo às ideias desse indivíduo a autodeterminação; posto essa concepção dialética e materialista, a Psicologia Política deve assumir uma prática de conflito e de intervenção social, deixando de lado toda forma acomodada do academicismo ou de discussões infrutíferas fechadas no psicologismo, e, em contra partida, deve se tornar prática, subversiva, insurgente, profana, envolvida nas manifestações coletivas e nas práticas de mudança social; dessa forma, a Psicologia Política, implica se tornar libertadora e revolucionária, indo de frente contra toda ordem estabelecida socialmente, e contra a aceitação dessa ordem disseminada pela Psicologia Política dominante, em sua função reacionária (CUÉLLAR, 2016).

Segunda a definição de Garzón (2008), a Psicologia Política é um campo de investigação da Psicologia que busca analisar as relações entre os processos psicológicos e os



fenômenos políticos; nesse sentido, a autora destaca que a Psicologia Política carece de uma integração temática, sendo diversificada em suas concepções e possuindo um pluralismo metodológico interdisciplinar. A essa variação de perspectivas da Psicologia Política (que não seria acidental, mas sim devido às condições sócio-históricas), estaria relacionado o âmbito geopolítico, que no caso da Psicologia Política na América Latina, sua atuação-intervenção estaria indissociável dos traumas de guerras e dos estudos sobre a violência das ditaduras e suas consequências a esse continente. Situação essa plausível com a análise marxista a partir da concepção Histórico-dialética, que entende a historicidade como articulação entre a alienação das forças produtivas e da contradição social inerente aos meios de produção material e às relações de produção social da vida, estendidas a conjectura colonial entre países de capital dominante e países de capital subordinado - que é o caso dos países da América Latina.

Nesse sentido, Parisí (2016) define a Psicologia Política latino-americana, como um dispositivo de análise da realidade. Contudo, inferimos que essa forma de análise da realidade, só seja possível com a contribuição do Materialismo Histórico-dialético, que parte, não de uma realidade isolada, mas sim das múltiplas determinações que formam essa realidade, como o modo de produção dominante, o modo de produção subordinado, as formas de regularização das relações sociais, etc. (VIANA, 2007).

### **Considerações finais**

Acreditamos que seja impossível pensar numa Psicologia científica que não seja perpassada por valores ou visões ideológicas sendo intrínsecas e automáticas a essa ciência. Em nossa análise, percebemos que a ciência não é neutra, e pode se tornar ideológica pela sua ação objetiva e de neutralidade positivista. Da mesma forma, procuramos analisar a Psicologia dominante, que atua como uma ciência, de modo que pela fragmentação do social - pela valorização da experiência imediata do sujeito em sua individualidade - essa Psicologia científica tem em sua função o legitimar a dominação, assim como o falseamento da realidade, diante do embate entre as classes sociais.

Por conseguinte, procuramos apresentar a Psicologia Política de diferentes ângulos; com a intenção de enfatizar a inexistência de unificação teórica e metodológica dessa vertente da Psicologia que se apresenta heterogênea em resposta ao espaço geopolítico que é construído. Dessa forma, expomos uma tendência de Psicologia Política mais positivista, que corresponde às ordens funcionais da América do norte e de outros países dominantes. Em contrapartida, apresentamos outra tendência sendo a concepção da Psicologia Política da América Latina, que, espontaneamente, se tornou crítica em sua atuação social, pela compreensão intrínseca e

histórica da forma político-social do continente Latino Americano. Na mesma direção, apresentamos algumas perspectivas dos marxismos existentes, e seus limites, onde haveria certa limitação de contribuição à Psicologia Política da América Latina, em sua proposta de entender a totalidade social e em seu atuar revolucionário. De outra forma, indicamos a proposta marxista revolucionária, onde os próprios escritos de Marx e de autores que expandiram suas análises sem, contudo, deturpá-las, ofereceram contribuições imprescindíveis à Psicologia Política da América Latina.

Entretanto, assim como a história que não existe por si mesma, sendo a resposta da ação humana; a Psicologia, como ciência, não existe somente como um conceito teórico livre e vazio no mundo das ideias. Essa ciência, todavia, só pode ser movida e praticada pela ação humana. Todavia, não desconsideramos, tendo em vista a divisão social do trabalho, que a Psicologia parta da falsificação da realidade e ignore a luta de classes e os principais sujeitos envolvidos nela. Assim, é imputado a qualquer psicólogo a essencial compreensão de dogmas ideológicos que atuam como força de dominação social, praticando uma política de manutenção da ordem.

No entanto, há o psicólogo político crítico, ou seja, aquele que tem consciência de classe, e que a partir da perspectiva marxista reflete sobre as determinações fundamentais do modo de produção material da vida e da existência social. Sendo assim, o psicólogo marxista pode contribuir com a consciência de classe usando uma psicologia crítica com base no marxismo.

Portanto, a Psicologia Política crítica, não pode ser movida por si mesma e muito menos autonomizada das relações sociais, ela só pode ser efetivada por meio da ação humana que lhe dá vida, a tornando possível e fazendo dela um espaço de luta; a essa Psicologia Política crítica da América Latina, sobretudo, o marxismo autêntico tem muito a oferecer.

### **Referências**

ARAÚJO, S. F. Wilhelm Wundt e o estudo da experiência imediata. Em Jacó-Vilela, A.M., Ferreira, A.A.L., Portugal, F.T., (orgs), *História da Psicologia : rumos e percursos*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nau, 2013. P. 107-118.

BARRADAS, L. F. D. *Marx e a divisão do trabalho no capitalismo*. São Paulo/SP: Instituto Lukács, 2014.

BRAGA, L. Intelectualidade e perspectiva de classe. In: *Rev. Despierta*. Ano 01, nº 01, 2014. p. 3-28.

CUÉLLAR, D. P. Para uma redefinição Marxista da Psicologia Política . In: HUR, D.U; LACERDA, F. JR. *Psicologia Política Crítica; insurgências na América Latina*. Campinas, SP: Alínea, 2016. P. 33-47.

CHAUÍ, M. *O que é ideologia*. 32ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

GARZÓN, A.P. Teoría y práctica de la psicología política. In: *Revista quadrimestral del Col·legi Oficial de Psicòlegs de la Comunitat Valenciana*, València, n. 93, p. 4-25, maio/agosto, 2008. Disponível em:

<http://www.uv.es/garzon/adela/publicaciones/Teoria%20y%20Practica%20de%20la%20Psicologia%20Politica.pdf>. Acesso em: 08-08-2017.

IASI, M.L. *Processo de consciência*. São Paulo: CPV, 1999.

JAPIASSU, H. *Introdução à epistemologia da psicologia*. São Paulo: Letras & Letras, 1995.

KORSCH, K. *Filosofia e Marxismo*. Porto: Afrontamento, 1977.

KONDER, I. *O marxismo na batalha das ideias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

LACERDA, JR. F. Psicologia Política e Marxismo na história recente. In: SANDOVAL, S.A.M; HUR, D.U; DANTAS, B. S.A. (orgs.). *Psicologia Política : temas atuais de investigação*. Campinas, SP: Alínea, 2014. P. 26-51.

MARTÍN-BARÓ, I. *Hacia una psicología de la liberación*. El Salvador: UCA, 1986.

MARVAKIS, A. A Psicologia (crítica) permanente na encruzilhada: servos do poder ou ferramentas para a emancipação? In: Hur, D. U. & Lacerda J. F. (Orgs.). *Psicologia Política crítica: insurgências na América Latina*. Campinas, SP: Alínea, 2016. P. 95-104.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução de Florestan Fernandes. 2.ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. ; ENGELS, F. *A ideologia alemã (Feuerbach)*. 3ª ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

MONTERO, M. ¿Para qué Psicología Política? In: *Revista Psicologia Política* . V.09, nº 18, p.199-213, jul. - dez. 2009.

PARKER, I. *Revolução na Psicologia : da alienação à emancipação*. Campinas: Alínea, 2014.

PARISÍ, E.R. Crise e insurgência, Controle da subversão e subversão do controle. In: HUR, D.U; LACERDA, F.JR. (orgs.) *Psicologia Política Crítica: insurgências na América Latina*. Campinas, SP: Alínea, 2016. P. 15-32.

PARISÍ, E.R. *Definiendo a la Psicología Política*. Argentina: UNSL, s.d. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bpsu/n46/n46a05.pdf>. Acessado em: 08-08-2017.

SABUCEDO, J.M.C. *La psicología política: antecedentes históricos y objeto de estudio*. Psicología Política: aspectos conceptuales. Síntesis: Madrid, 1996.

SILVA, R. V. Marxismo contra ciência: considerações sobre o positivismo lógico vienense, racionalismo crítico popperiano e o historicismo kuhniano a partir da teoria revolucionária. In: *Revista Espaço Livre*. Vol. 12, num. 23. Jan-jun, 2017. P. 79-100.

SCHULTZ, D. P.; SCHULTZ S. E. *História da Psicologia moderna*. Trad. Suely Sonoe Murai. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

VIANA, N. A. *Consciência da história: ensaios sobre o materialismo histórico-dialético*. 2ªed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

VIANA, N. *Cérebro e ideologia: uma crítica ao determinismo cerebral*. Jundiaí: Paco Editora, 2010.

YAMAMOTO, O.W. A atualidade do método de Marx. In: *Marx hoje: pesquisa e transformação social*. – 1.ed.— São Paulo: Outras Expressões, 2016. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/0B\\_fwYGYneOTjWjRoZ01SYVp5YmM/view](https://drive.google.com/file/d/0B_fwYGYneOTjWjRoZ01SYVp5YmM/view). Acesso em > 12-05-2017. P. 25-42.

**Resumo:** Neste artigo se busca demonstrar algumas contribuições do marxismo à Psicologia Política da América Latina. Nesse sentido, há a proposta de repensar o papel ideológico da Psicologia dominante em contraposição a uma Psicologia Política crítica e libertadora.

**Palavras- Chave:** Ideologia- Marxismo – Psicologia Política Crítica

**Resumen:** En este artículo, se busca demostrar algunas contribuciones del marxismo a la Psicología Política de Latinoamérica. En ese sentido, hay la propuesta de repensar el papel ideológico de la Psicología dominante en contraposición a una Psicología Política crítica y liberadora.

**Palabras- clave:** Ideología, Marxismo, Psicología Política Crítica .

\*Recebido em 09/06/2018

\*Aceito em 26/09/2018